

O FEMINISMO COMO CRÍTICA AO COLONIALISMO

Danúbia Faria Almeida*

RESUMO

A Modernidade foi capaz de padronizar a forma de conhecimento e subjugar o pensamento das multiplicidades humanas existentes. Esse genocídio/epistemicídio acarretou na proposta de inferiorização do pensamento de uns em relação a outros. Esse artigo tem por objetivo desenvolver o conceito de decolonialidade de gênero proposto por Maria Lugones, como uma crítica ao universalismo feminista, a fim de demonstrar as reivindicações que avançariam os propósitos do cartesianismo. O objetivo é apresentar o feminismo crítico aos padrões eurocêntricos, a fim de construir um feminismo inclusivo.

Palavras-chave: Feminismo descolonial; Colonialidade de gênero; Filosofia feminista; Modernidade; Colonialidade.

ABSTRACT

Modernity was able to standardize the form of knowledge and subdue the thought of existing human multiplicities. This genocide / epistemicide has resulted in the proposal to lower the thinking of some in relation to others. This article aims to develop the concept of gender decoloniality proposed by Maria Lugones, as a critique of feminist universalism, in order to demonstrate the claims that would advance the purposes of Cartesianism. The aim is to introduce feminism that is critical to Eurocentric standards in order to build inclusive feminism.

Keywords: Decolonial feminism; Gender coloniality; Feminist philosophy; Modernity; Coloniality.

* Sou formada em Bacharel e Licenciatura pela Universidade Federal Fluminense, em Niterói, desde 2016. Entre o período de 2014 e 2016, fui bolsista do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação a Docência (PIBID) pela Universidade Federal Fluminense sobre a coordenação de Celso Martins Azar Filho e Luiz Antônio Cunha Ribeiro. Atualmente sou mestranda em História Comparada pela UFRJ e curso minha segunda graduação em História pela UERJ.

INTRODUÇÃO

A filosofia moderna se apresentou como um pensamento sem gênero, sem raça ou religião, algo que se privilegiaria, unicamente, da racionalidade humana; capaz de direcionar a todos em uma sociedade. Esse processo de conhecimento, oriundo do cartesianismo, proporcionou uma padronização do conhecimento que exclui as diversidades de pensamento e perspectivas existentes na humanidade e foi gerenciado por homens ocidentais que contribuíram para construção de uma visão de “sistema-mundo capitalista, patriarcal, ocidental, cristão, moderno e colonialista” (GROSFOGUEL, 2016: 30). Devemos analisar, em um primeiro momento, como se deu esse monopólio do conhecimento que se perpetuou de forma excludente, privilegiando somente um perfil epistemológico como padrão de pensamento.

É importante destacarmos que todo o processo de exclusão dos demais pensamentos, ou experiências, foi resultado de uma estrutura social patriarcal. A inferiorização do conhecimento não ocidental – incluindo

o conhecimento da mulher ocidental – tornou-se umas das principais pautas acadêmicas das universidades ocidentais dos dias de hoje. Michel Foucault define essa inferiorização do saber por *saberes sujeitos*:

Por "saberes sujeitos", eu entendo, igualmente toda uma série de saberes que estavam desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados: saberes ingênuos, saberes hierarquicamente inferiores, saberes abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos. (FOUCAULT, 1999: 11)

A modernidade agiu como um grande detentor do conhecimento. Com base em um “privilegio epistêmico”, a filosofia se manteve camuflada por um discurso de “universalidade”, suficiente para explicar as realidades sócio-históricas do restante do mundo. Levando em consideração que uma teoria se manifesta através das experiências e sensibilidades sócio-históricas concretas e de espaços e corpos sociais particulares, as teorias limitadas somente ao perfil europeu se tornariam uma contradição a essa perspectiva. Conceituado por Grosfoguel por *genocídio/epistemicídio*

⁵⁹(GROSFOGUEL, 2016), essa base da estrutura epistemológica tem por objetivo inferiorizar os demais

⁵⁹ Termo ligado à destruição de conhecimentos de seres humanos.

pensamentos. Esse genocídio/epistemicídio seria responsável pelo racismo/sexismo epistemológico (GROSFOGUEL, 2016: 27).

O surgimento desse monopólio epistemológico se estruturou, especialmente, durante o primeiro estágio da modernidade: no momento de colonização. Avançando os parâmetros de crítica pós-moderna, a *decolonialidade* surge com o propósito de combater a visão etnocentrista e racista que reduz as culturas não-ocidentais a inferioridade (MIGNOLO, 2017). Dentre essas críticas, destacaremos a crítica contemporânea do universalismo feminista, feita por mulheres de cor e do terceiro-mundo⁶⁰. Em diálogo com Maria Lugones, analisaremos sua contribuição na teorização decolonial, fundamental para se pensar um feminismo Latino-Americano sobre as questões de gênero e raça, com o objetivo de se pensar um feminismo de resistência (LUGONES, 2014).

Em um terceiro momento, estaremos apresentando como essas vozes silenciadas começaram a se tornar

referências e oferecer propostas de pensamento, questionando o viés elitista das produções acadêmicas (CURIEL, 2019). Contaremos com a contribuição intelectual da autora Ochy Curiel na apresentação dessas lutas concretas pela descolonização e luta do feminismo feito por mulheres racializadas.

DECOLONIALISMO COMO CRÍTICA À CIÊNCIA MODERNA

O decolonialismo se faz de uma crítica à construção da ideia de que o conhecimento eurocentralizado serve de base para orientação das ciências humanas. O privilégio epistêmico do homem branco ocidental tem sido um dos principais problemas contemporâneos, pois promove a inferiorização dos demais pensamentos não-coloniais de homens e mulheres (incluindo o pensamento da mulher ocidental) e evidenciando uma só verdade como a única diante de toda a diversidade existente na humanidade. Esse processo se iniciou durante a primeira fase da modernidade: o momento da conquista. Para que esse processo decolonial avance rumo ao que se discute hoje nas universidades,

⁶⁰ Apesar do termo “Terceiro Mundo” estar em desuso desde o fim a URSS, ainda é citado nos trabalhos decoloniais afim de se

referir a intersecção entre raça, classe, sexualidade e gênero que vai além das categorias da modernidade.

partiremos das críticas ao cartesianismo, principal fundador da Filosofia Moderna e grande influenciador das estruturas do conhecimento.

O autor, Ramón Grosfoguel, faz uma crítica ao cartesianismo para compreender a exclusão/inferiorização epistemológica com base nos propósitos imperialistas/coloniais/patriarcais que orientam o sistema-mundo. Para o autor, a construção da ideia do pensamento eurocêntrico, das estruturas fundacionais do conhecimento contido nas universidades, seria epistemologicamente racista e sexista.

O princípio do método cartesiano está baseado na ideia da autorreflexão do indivíduo para se alcançar um conhecimento. Com método solipsismo, o sujeito perguntaria e responderia questões em um diálogo consigo mesmo afim de alcançar um conhecimento seguro e verdadeiro. Frente a esse cânone, se levanta a questão: seria possível um conhecimento verdadeiro partindo de um indivíduo preso somente as suas próprias condições políticas, econômicas, históricas e culturais? A perspectiva geopolítica desse indivíduo influenciaria na sua conclusão de verdade? Segundo Grosfoguel, o conhecimento produzido através das

relações sociais particulares não poderia produzir um conhecimento equivalente a uma verdade absoluta (GROSFOGUEL, 2016: 29).

Esse *Ser Imperial*, que surge após as descobertas e conquistas pelo mundo, tornou o europeu convencido das suas qualidades “divinas”, ocasionando seu convencimento do privilégio epistemológico sob os demais (GROSFOGUEL, 2016: 31). Com base nessa análise, foi possível concluir que o pensamento eurocêntrico foi capaz de incorporar uma visão responsável pelo extermínio do pensamento não ocidental masculino, envolvendo o racismo e sexismo epistêmico como os novos fundamentos do conhecimento do mundo moderno e colonial (GROSFOGUEL, 2016: 30). Apesar dos grandes avanços epistemológicos ocorridos na contemporaneidade, mais de 370 anos depois, o princípio cartesiano ainda se mantém como referência nas instituições acadêmicas.

Dentre os genocídios/epistemicídios mencionados por Grosfoguel, encontramos os genocídios das mulheres indo-europeias. Durante a Baixa Idade-Média, e mais intensificadamente durante os séculos XVI e XVII, as mulheres sofreram com

perseguições por seus conhecimentos, que eram passados de geração a geração. Seus conhecimentos xamânicos de tempos ancestrais incluíam biologia, astronomia, ética e entre outros; e por meio dessa influência, por abrigarem esse conhecimento ancestral, seu papel era designar formas de partilhar o conhecimento de economia e política.

Como uma forma de consolidação do patriarcado centrado no Cristianismo, milhares de mulheres foram queimadas vivas, acusadas de bruxarias. Os ataques pela inquisição seriam uma resposta às ameaças ao poder da aristocracia, pela liderança, autonomia e conhecimento vindo das mulheres. O acúmulo de capital durante expansões territoriais na escala global, junto à necessidade de incorporar trabalho no acúmulo capitalista, fizeram com que as instituições usassem de métodos extremamente violentos. Com o intuito de colocar fim à epistemologia feminina, que era transmitida de maneira oral, uma vez não havendo livros para serem queimados, os corpos das mulheres detentoras de conhecimentos, acabaram por ser eliminados (GROSFOGUEL, 2016: 42).

Os genocídios/epistemicídios analisados por Grosfoguel, a partir da

expansão colonial, em 1492, formam parte do típico privilégio epistêmico do homem branco ocidental. A proposta da transmodernidade seria ir além da modernidade eurocêntrica, contribuindo para o processo incompleto de decolonização. Apesar de grandes influências cartesianas, em alguns lugares do mundo ainda é possível perceber existência de epistemologias não ocidentais (GROSFOGUEL, 2016: 44).

A modernidade eurocêntrica se apropriou das definições de democracia, direitos humanos, libertação da mulher, entre outras áreas sociais. A decolonialidade convida a uma redefinição dos elementos da Modernidade e segue um projeto de decolonização em direção à libertação dessas estruturas capitalistas, patriarcas, eurocêntricas, cristãs, modernas e coloniais, a fim de produzir conceitos, significados e filosofias plurais, correspondendo a pluralidade do mundo.

A contribuição do feminismo na crítica ao modernismo revelaria o objetivo das teorias dominantes, que se apresentariam como universais, não inclusas de forma sexualizada. As teorias feministas, assim como os pensadores pós-modernos, afirmam que o sujeito do

conhecimento deve ser analisado de acordo com suas determinações culturais, onde se encontra inserido em uma complexa relação social, sexual e ética, desconsiderando assim, a objetividade e neutralidade como garantia de veracidade de conhecimento (RAGO, 1998: 4).

Rumo a um feminismo capaz de superar as perspectivas cartesianas e divulgar conhecimentos que estariam além dos padrões modernos, o feminismo decolonial tem o objetivo de contestar as formas de dominação, de dar oportunidade de diferentes construções epistemológicas às mulheres que se encontram no entre lugares, nas fronteiras, e que vivem diferentes formas de opressão.

FEMINISMO DECOLONIAL

A partir da ideia de que não há um modelo de homem universal, também é defendida a ideia de que não poderia existir uma mulher universal. A autora Maria Lugones, mulher Argentina/Latina residente nos Estados Unidos e professora na universidade de Binghamton em Nova York, a partir do seu artigo *Rumo a um feminismo*

descolonial, promove uma crítica contemporânea ao universalismo feminista feita por mulheres de diferentes etnias e do terceiro mundo. A construção do conceito de gênero seria uma forma de opressão colonial, associada ao modernismo; por isso, se faz necessário construir um feminismo que questione esses padrões eurocêntricos.

Vinda do latim, o termo “colônia” significa terras novas para cultivo. Esse termo faz referência tanto as “práticas, teorias, e atitudes relacionadas ao estabelecimento e manutenção de um império” (CASHMORE, 2000). As colônias ficaram sob o domínio do Estado que possuía a soberania política sob o território conquistado, sendo o colonialismo um movimento de dominação para a instalação dessas colônias. (QUIJANO, 2005). A *colonialidade* se tornaria representação aos padrões modernos que não foram deixados de lado. Os pesquisadores desse ramo buscam identificar, informar e criticar os padrões de dominação em várias áreas fundadas pelo sistema-mundo moderno. Ao questionar a Modernidade/Colonialidade⁶¹, Lugones

⁶¹Referente a um grupo de pensadores críticos através de discussão de poder existentes a partir

de das conquistas da América Latina. Sobre o grupo Modernidade/Colonialidade consultar:

acrescenta o conceito de colonialidade de gênero às três definições já estabelecidas por Aníbal Quijano, sendo essas: colonialidade do ser, colonialidade do poder e colonialidade do saber.

Através da existência das hierarquias dicotômicas entre o considerado humano e não humano, iniciado através da colonização das Américas e do Caribe, se inicia a distinção da superioridade do colonizador sob o colonizado, a serviço do homem ocidental. Essa distinção hierárquica incluiria aquela entre o homem e a mulher. Sendo o homem branco o detentor da razão e da inteligência; a mulher branca burguesa uma mera reprodutora da dominação colonial e da mentalidade dominante, reproduzindo a raça e capital por intermédio da sua pureza sexual, sua passividade e utilidade doméstica a serviço do homem branco (LUGONES, 2014: 936).

Para compreendermos melhor o que seria colonialidade, Lugones parte da análise de Aníbal Quijano, do sistema do poder capitalista do mundo através da *colonialidade de poder*, que também

pode ser entendido por política. Esse conceito visaria expressar a dominação com base na exploração racial do trabalho, dos seus recursos e produtos. A *colonialidade do saber* estaria relacionada à questão epistemológica, referente à apropriação ou ocultação de uma determinada cultura com o propósito de impor um conhecimento dominante, universalizante, que nesse caso é o conhecimento ocidental, que ao mesmo inferioriza tudo o que não é europeu. Quando se trata da *colonialidade do ser* trata da experiência vivida dentro da colonização. A colonialidade do ser determinaria quem é humano e não-humano (no caso, nós, nativos) como irracionais e inferiores. A partir dessa última que Lugones começa a refletir sobre raça e gênero, a fim de denominar a *colonialidade de gênero* (LUGONES, 2014: 940⁶²).

A colonialidade de gênero permitiria compreender a opressão como uma interação entre as complexas categorias do sistema econômico, racializante e arquitetados, para entender aquele que resiste como oprimido/a pela formação colonizadora. A modernidade, por fim, negaria a existência, a

BALLESTRIN, Luciana. **América latina e o giro decolonial**. Revista. Bras.Ciência.Pol. nº 11. Brasília. May/aug.2013

⁶²ver nota: 11

compreensão da existência de outros mundos com diferentes hipóteses ontológicas. Ao negar essa existência, automaticamente negaria a validade de conhecimento e a coexistência no tempo. A diferença entre o moderno e não moderno acarretaria na função hierárquica, onde o moderno sempre estaria superior ao não moderno (LUGONES, 2014: 943).

O conceito de raça também foi uma invenção da modernidade, afim de criar uma categorização de diferenciação para legitimar a exploração. Essa legitimidade da exploração da raça carregaria consigo as consequências materiais e subjetivas de subjunção de pessoas que foram racialmente inferiorizadas.

Ver a colonialidade é ver a poderosa redução de seres humanos a animais, a inferiores por natureza, em uma compreensão esquizoide de realidade que dicotomiza humano de natureza, humano de não-humano, impondo assim uma ontologia e uma cosmologia que, em seu poder e constituição, indeferem a seres desumanizados toda humanidade, toda possibilidade de compreensão, toda possibilidade de comunicação humana. (LUGONES, 2014: 946)

As mulheres fora dos padrões do conceito concebido como “mulher” não eram vistas ou eram vistas como convenientes para o sistema eurocêntrico. As mulheres colonizadas eram diferentes das mulheres brancas, tanto antes, como depois da colonização.

A representação da mulher negra não existiria nem na categoria universal de mulher e nem na categoria da mulher indígena, sendo necessária outra representação que a atendesse.

O papel do feminismo iria além da apresentação da narrativa correspondente à opressão da mulher, mas forneceria matérias para a compreensão da sua situação sem se render a ela. Dessa forma, a autora oferece subsídio para compreender a situação de opressão das mulheres subalternizadas através do conjunto que inclui: racialização, colonização, exploração capitalista e heterossexualidade. Com foco na subjetividade/intersubjetividade, a autora afirma que desagregando opressões seria possível desagregar as fontes subjetivas-intersubjetivas de agenciamentos das mulheres colonizadas. Através dessa perspectiva batizada por Lugones de “colonialidade de gênero”, seria possível uma análise da opressão de gênero racializada capitalista, e chama a possibilidade de superar essa colonialidade de gênero de “feminismo decolonial” (LUGONES, 2014: 941).

A proposta de Lugones ao trabalhar um feminismo decolonial seria

sob a resistência já existente à colonialidade do gênero diante a diferença colonial. Ou seja, “a tarefa da feminista descolonial inicia-se com ela vendo a diferença colonial e enfaticamente resistindo ao seu próprio hábito epistemológico de apagá-la” (LUGONES, 2014: 948). Ao deparar com a possibilidade múltipla da perspectiva feminina, se abstém da ideia de “mulher”, o universal, e se vai ao encontro das outras que resistem à diferença colonial.

Não seria possível resistir à colonialidade de gênero sozinha; a resistência vem de dentro, da forma como se compreende o mundo e como e com quem o mundo é compartilhado, no papel de compreender os atos de alguém, permitindo, assim, o reconhecimento da multiplicidade que nos cerca.

O passar de boca em boca, de mão em mão práticas, valores, crenças, ontologias, tempo-espacos e cosmologias vividas constituem uma pessoa. A produção do cotidiano dentro do qual uma pessoa existe produz ela mesma, na medida em que fornece vestimenta, comida, economias e ecologias, gestos, ritmos, habitats e noções de espaço e tempo particulares, significativos. Mas é importante que estes modos não sejam simplesmente diferentes. Eles incluem a afirmação da vida ao invés do lucro, o comunalismo ao invés do individualismo, o “estar” ao invés do empreender, seres em relação em vez de seres em constantes divisões dicotômicas, em fragmentos ordenados hierárquica e violentamente. Estes modos de ser, valorar e acreditar têm persistido na oposição à colonialidade. (LUGONES, 2014: 979)

A autora reforça a ideia do conhecimento do ser-sendo e ser-sendo-em-relação, as “tensas elaborações de mais de uma lógica, que não serão sintetizadas, mas sim transcendidas. Entre as lógicas em operação estão as muitas lógicas que se encontram com a lógica da opressão: muitas diferenças coloniais, mas uma lógica de opressão” (LUGONES, 2014: 950).

A proposta de um feminismo descolonial está diretamente ligada ao processo de resistência à dominação. Através dessa perspectiva, a teoria reforça a necessidade de combatermos não só uma colonização, mas sim, a colonialidade de gênero existente. Um feminismo epistemológico que seja construído por mulheres que sofram com opressões de raça, gênero e classe, para que tenham oportunidade ao seu lugar de fala. Desta forma, podemos descolonizar o saber e dar espaço para um feminismo decolonial.

A PRÁTICA DE UM FEMINISMO DECOLONIAL

As propostas contidas nos debates de colonialidade do poder e de gênero partem de uma luta concreta de descolonização e de um feminismo realizado por mulheres racializadas

desde os anos 1970. De início, partem dos movimentos sociais e se transformam em teorias. Apesar de não utilizarem do conceito de “colonialidade”, as feministas racializadas, afrodescendentes e indígenas, têm procurado conhecimento do poder patriarcal e racista, a fim de compreender o sistema de dominação (racismo, sexismo, heteronormatividade e classicismo) a partir de uma crítica pós-colonial.

Para que possamos entender esse processo prático do feminismo decolonial, faremos um apanhado de algumas propostas de movimentos sociais capazes de agregar ao processo de descolonização do saber feminino. A autora Ochy Curiel propõe um debate a partir desses estudos, a fim de recuperar propostas feministas que foram racializadas e que, através das suas teorias e análises, enriqueceram a prática feminista e ampliaram o debate referente a colonialidade de forma transformadora.

Mulheres afrodescendentes e indígenas contribuíram na ampliação da perspectiva política e teórica do feminismo. Desta forma, se faz necessário destacarmos e reconhecermos algumas mulheres e suas lutas, tanto nos

Estados Unidos como na América Latina, a fim de ocuparem seus espaços de reconhecimento.

O feminismo negro, surgido nos Estados Unidos desde os anos 1950, tem sido uma das propostas que se diferenciou da perspectiva universalista do feminino e da perspectiva sexista dos movimentos dos direitos civis. Através de uma proposta que incluía mulheres brancas e negras na luta pela libertação das dominações racistas e sexistas, temos a Rosa Parks, que, através de um ato de enfrentamento às leis de segregação racial nos Estados Unidos, em 1955, desembocou uma série de manifestações por parte da população afronorteamericana que resultou no movimento pelos direitos civis. Assim como ela, Angela Davis, na mesma luta por direito civil, enriqueceu a perspectiva feminista de forma política e teórica (CURIEL, 2007: 236).

Muitas vozes, assim como essas, foram reunidas através de ensaios, narrativas e autobiografias. O *Black feminism* e o feminismo chicano nos Estados Unidos foram as propostas mais radicais contra os efeitos do colonialismo. Partindo de uma perspectiva materialista, antirracista e antissexista, através de uma proposta que

inter-relacionaria categorias como raça, sexo, classe e sexualidade no interior das sociedades pós-coloniais, contribuiu com o feminismo crítico na América Latina e Caribe, torna-se importante referência para teoria e prática pós-colonial (CURIEL, 2007: 235).

Para desenvolver definições adequadas do pensamento feminista negro é necessário enfrentar o complexo nó das relações que une a classificação biológica, a construção social da raça e do gênero como categorias de análise, as condições materiais que acompanham essas mutáveis construções sociais e a consciência das mulheres negras acerca desses temas. Um modo de localizar-se frente às tensões de definição no pensamento feminista negro é especificado na relação entre a localização das mulheres negras – aquelas experiências e ideias compartilhadas pelas afroamericanas e que lhes proporcionam um enfoque singular de si mesmas, da comunidade e da sociedade – e as teorias que interpretam essas experiências [...] o pensamento feminista negro compreende interpretações da realidade das mulheres negras feitas pelas mulheres negras. (COLLINS, 1988 apud CURIEL, 2007: 238)

O coletivo *Combahee River*, constituído por lésbicas, feministas de cor e migrantes do “terceiro-mundo”, foi uma das organizações feministas negras adotando uma perspectiva socialista. Em 1977, a primeira declaração desse coletivo consistia em expor sua proposta política com base nas opressões econômicas do capitalismo. Barbara Smith, através de ensaios e artigos acadêmicos, enfatizou a interseccionalidade do racial, do sexo, da heterossexualidade, na vida e na

opressão das mulheres negras (CURIEL, 2007: 236-237).

O feminismo *chicano* propõe uma política de identidade híbrida e mestiça. Em ação ao novo movimento libertário crítico, Gloria Anzaldúa, Chela Sandoval, Cherrie Moraga y Norma Alarcón, entre outras, fazendo uso de um estilo bilíngue, rompem com a diretriz de uma “pureza gramatical” e refazem um pensamento político capaz de cruzar fronteiras geopolíticas, literárias e conceituais. Anzaldúa foi pioneira nesse pensamento “fronteiriço”, que tem por objetivo expressar as limitações de identidade essencialistas e autênticas (CURIEL, 2007: 237).

Para desenvolver a temática da colonialidade do poder na América Latina e no Caribe, Curiel retoma a forma como o europeu propôs a política para “melhorar a raça”, dirigida pelas elites econômicas e políticas, que não contemplaram a população indígena e afrodescendentes, ocasionando um racismo estrutural das repúblicas latino-americanas e que se expressa hoje no âmbito econômico, político, social e cultural.

Essa matriz civilizatória, instalada pelos intelectuais nos anos 1930 através de uma democracia racial,

só reforçou a ideia de dominação já existente, a fim de manter as desigualdades socioeconômicas entre brancos, indígenas e negros, reforçando a permanência do preconceito e discriminações raciais e do racismo como forma de dominação. Ao negar a existência do racismo, se negaria a existência de abusos e estupro das mulheres indígenas e negras. Utilizadas como instrumento de satisfação sexual do homem branco, a mistura entre as raças proporcionaria a mistura do sangue, a fim de promover uma política de branqueamento da população. As contribuições das feministas afrodescendentes latino-americanas e caribenhas, foi de deixar explícito as consequências do colonialismo (CURIEL, 2007: 239).

Os estudos feministas das mulheres Latino Americanas e caribenhas também inclui outras perspectivas. As mulheres do período colonial estariam diretamente ligadas a um olhar colonialista e ocidental, de acordo com o qual eram reduzidas a meras produtoras de escravos, ama de leite e objeto sexual do seu senhor, assim como força de trabalho de um sistema escravista. Os estudos também mostram como era o processo de fuga das forças escravistas que geralmente eram de

forma arriscada e radical, contendo mulheres de diferentes idades e nações (CURIEL, 2007: 239).

Estudos importantes, como o de Lélia Gonzalez, permitem que tenhamos conhecimento sob a genealogia indígena e africana. Através do conceito de *amefricanidade*, a autora denunciou o novo perfil latino como uma nova forma de eurocentrismo, pois subestima e descarta os aspectos indígenas e negros na construção das américas. Esse conceito corresponderia a um processo histórico de resistência, de reinterpretação, de criação de novas culturas. Apesar de ter seus princípios voltados aos modelos africanos, também resgata outras experiências históricas e culturais. Através de uma perspectiva feminista, Gonzalez foi uma das primeiras a apontar a importância da inter-relação entre racismo, sexismo e classicismo na vida das mulheres negras (CURIEL, 2007: 240).

Já o feminismo indígena na América Latina se apresenta como uma posição crítica pós-colonial. Surge como um movimento dentro dos movimentos mistos existentes nos anos 1970 e se fortaleceu nos anos posteriores, tendo seu engajamento na comemoração do “Descobrimento do Brasil”, em 1992.

Seu propósito consiste em questionar as relações patriarcais, racistas e sexistas das sociedades latino-americanas, assim como os usos e costumes de suas próprias comunidades e povos que tornam mulheres subordinadas (CURIEL, 2007: 242).

Esse questionamento do feminismo indígena proporciona o conhecimento da sua realidade, através de uma análise do contexto cultural, econômico e político existentes em torno das comunidades indígenas, proporcionando uma visão autônoma sobre suas realidades questionando a perspectiva racista e etnocêntrica do feminismo (CURIEL, 2007: 243). Suas lutas consistem em “reconhecimento de uma história de colonização, pelo reconhecimento de sua cultura, pela reestruturação econômica, assim como a indagação de um Estado racista e segregacionista, o questionamento do patriarcado indígena e a busca da autodeterminação como mulheres e povos” (MASSON, 2006 apud CURIEL, 2007: 243).

Como referência de uma perspectiva do feminismo indígena, Marta Sanchez Néstor, indígena amuga do México, afirma:

Quiçá seja nossa própria forma de pensar no feminismo pois, embora estejamos de acordo que o sistema em si tem sido patriarcal, em nossa cosmologia e concepção desses temas polêmicos vemos também que não é uma tarefa nossa absorver tudo que é gerado no mundo mestiço. Nós vamos retomando tudo o que nutre a nossa luta, e vamos dando às outras mulheres tudo que possa nutrir sua própria luta, em alguns momentos nos unimos em vozes, em eventos, em demandas, a quem condiz, nesse país ou fora dele, mas com nossa própria estratégia para seguir lutando no interior das comunidades e organizações por fazer de nossa luta uma história realmente de homens e mulheres indígenas. (SÁNCHEZ, 2005 apud CURIEL, 2007: 243)

Através das distintas perspectivas existentes no feminismo, é possível identificar diferentes culturas e experiências para que possamos entender que o gênero não é uma categoria universal, estável e descontextualizada. Descolonizar implica em reconhecer essa diversidade e complexidade sobre aqueles considerados inferiores diante da perspectiva eurocêntrica. Tais perspectivas, como as que acabamos de citar, têm proporcionado um conhecimento complexo a partir de suas práticas políticas, que têm contribuído com importantes teorias, tanto para o feminismo como para outras áreas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O feminismo decolonial surge como uma crítica ao modernismo/colonialismo. Esse monopólio epistemológico que se

estruturou durante as grandes conquistas coloniais, definindo as estruturas sociais em torno de uma perspectiva eurocêntrica, tem hoje seu espaço disputado com as novas perspectivas transmodernas, que se abrem para novos conhecimentos através de múltiplas perspectivas não-eurocentradas.

O feminismo decolonial surge com um objetivo de contestar as formas de dominação, a fim de dar voz às diferentes construções epistemológicas das mulheres que se encontram no entre lugares, nas fronteiras e que vivem

diferentes formas de opressão. Deve-se considerar de extrema importância a conscientização de que o feminismo inclui diversidade histórica, raça, classe e cultura. Desta forma, se abre um leque de conhecimento capaz de nos ofertar importantes teorias, tanto no feminismo como em diversas outras práticas epistemológicas. O intuito é reconhecer as identidades existentes e aprendermos a nos libertar dos parâmetros eurocêntricos, onde as diversidades surgem de maneira distorcida.

Referências Bibliográficas

BALLESTRIN, Luciana. (2013) *América latina e o giro decolonial*. Revista. Bras. Ciência. Pol. nº 11. Brasília. Maio/Agosto.

CASHMORE, Ellis. (2000) *Dicionário de relações étnico-raciais*. São Paulo: Selo Negro.

COLLINS, Patricia. (1998) La política del pensamiento feminista negro. In: NAVARRO, Marysa (comp.); STRIMPSON, Catherine R. (comp.), *¿Qué son los estudios de mujeres?* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica.

CURIEL, Ochy. (2019) *Crítica pós-colonial a partir das práticas políticas do feminismo antirracista*. Tradução: Lídia Maria de Abreu Generoso (UFOP). Revista de Teoria da História — Volume 22, Número 02: p. 231-245.

GROSGOUEL, Ramón. (2016) *A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI*. Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1, Janeiro/Abril.

HARDING, Sandra. (1993) *A instabilidade das Categorias Analíticas*

na Teoria Feminista, in *Revista de Estudos Feministas*, vol.1, nº.1, Rio de Janeiro CIEC/ECO/UFRJ.

LUGONES, Maria. (2014) *Rumo ao feminismo descolonial. Estudos Feministas*, Florianópolis, 22(3),p. 935-952.

_____ (2008) *Colonialidade e gênero*. Tabula Rasa. Bogotá.nº. 9, p. 73-10.

MASSON, Sabine. (2006) *Globalización, neorracismo y género: intersección de relaciones de poder y resistencias feministas poscoloniales. Reflexiones a partir del Estudio de los movimientos sociales indígenas en México*”. Apresentação no IX Congreso Nacional de Sociología, 6-9 de diciembre, Bogotá.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 01, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v32n94/0102-6909-rbcsoc->

3294022017.pdf>. Acesso em: 14 Nov. 2020.

RAGO, Margareth. (1998) *Epistemologia Feminista, Gênero e História*. In: Pedro, Joana; Grossi, Miriam (orgs.) -*Masculino, Feminino, Plural*. Florianópolis: Ed. Mulheres.

RIBEIRO, Joyce; GONÇALVES, Josimere. (2018) *Colonialidade de gênero: O feminismo decolonial de María Lugones. Anais eletrônicos do VII Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade, do III Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade e do III Luso-Brasileiro Educação em Sexualidade, Gênero, Saúde e Sustentabilidade* [recurso eletrônico] / organizadoras, Paula Regina Costa Ribeiro... [et al.] – Rio Grande: Ed. da FURG.

SÁNCHEZ, Marta. (2005) *Mujeres indígenas en México: acción y pensamiento, construyendo otras mujeres en nosotras mismas. Nouvelles Questions Feministas. Feminismos Disidentes en América Latina y El Caribe*, vol. 24, No. 7, México, Fem-e-libros.